



Estudos Geográficos

Revista Eletrônica de Geografia

É permitido escrever sobre nossas mães na Geografia?

Victor Dantas Siqueira Pequeno¹  

Resumo: Os argumentos apresentados neste manuscrito são sustentados pelas Geografias Feministas e Feminismos Negros. Comprometo-me com uma discussão teórico-empírica e com a politização de afetos e desafetos pessoais. A escrita é aqui exercida enquanto uma prática corporificada. As problemáticas referem-se a: I) Quais as tendências teórico-conceituais em Geografias Feministas sobre mãe/maternidade? II) De que forma a relação com minha mãe e minha avó revelam uma geografia corporificada? e III) Dos feitos garantidos pelas Geografias Feministas, o espaço privado tem recebido atenção pela/na ciência geográfica? Trata-se, pois, de uma pesquisa qualitativa-exploratória. Defendo que a escrita em Geografia derivada de nossas experiências intersubjetivas e relacionais conjugam saberes e conhecimentos por demais criativos e inovadores para com a transformação de uma ciência que ainda persiste sem corpo e sem vida.

Palavras-chave: Corpo-Espaço; Gênero; Raça; Maternidades; Autobiografia.

¹ Doutorando em Geografia na Universidade Federal do Paraná (UFPR/PPGGeo). Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/PPGGeo). Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS/UUCG) com período sanduíche na Facultad de Geografía da Universidad de la Habana (UH). Integrante do Laboratório de Espacialidades Urbanas (LabEU/CNPq).



Este artigo está licenciado com uma licença Creative Commons

IS IT PERMITTED TO WRITE ABOUT OUR MOTHERS IN GEOGRAPHY?

Abstract: The arguments that follow in this manuscript are supported by Feminist Geographies and Black Feminisms. I commit to a theoretical-empirical discussion and to the politicization of personal affections and disaffections. In this paper, my writing is exercised as an embodied practice. The questions refer to: I) What are the theoretical-conceptual trends in feminist geographies about motherhood? II) In what way does the relationship with my mother and grandmother reveal an embodied geography? and III) Of the achievements guaranteed by Feminist Geographies, has private space received attention by/in geographic science? This is, therefore, qualitative-exploratory research. I argue that writing in Geography derived from our intersubjective and relational experiences combines learnings and knowledge that is very creative and innovative towards the transformation of a science that still persists without body and without life.

Keywords: Body-Space; Gender; Race; Maternities; Autobiography.

¿ESTÁ PERMITIDO ESCRIBIR SOBRE NUESTRAS MADRES EN GEOGRAFÍA?

Resumen: Los argumentos presentados en este manuscrito están respaldados por las Geografías Feministas y Feminismos Negros. Apuesto a una discusión teórico-empírica y a la politización de los afectos y desafectaciones personales. La escritura se ejerce aquí como una práctica encarnada. Las cuestiones se refieren a: I) ¿Cuáles son las tendencias teórico-conceptuales en las Geografías Feministas sobre madre/maternidad? II) ¿De qué manera la relación con mi madre y mi abuela revela una geografía encarnada? y III) De los logros garantizados por las Geografías Feministas, ¿el espacio privado ha recibido atención por/en la ciencia geográfica? Se trata, por tanto, de una investigación cualitativa-exploratoria. Sostengo que la escritura en Geografía derivada de nuestras experiencias intersubjetivas y relaciones combina conocimiento y saber extremadamente creativo e innovador hacia la transformación de una ciencia que aún persiste sin cuerpo y sin vida.

Palabras clave: Cuerpo-Espacio; Género; Raza; Maternidades; Autobiografía.

INTRODUÇÃO

Pela segunda vez corro o risco de ser interpretado e avaliado como pessoal demais e nada geográfico. Na verdade, não eu, mas sim o meu texto. Gostaria, portanto, de iniciar reiterando e parafraseando o geógrafo britânico Denis Cosgrove (1998): a Geografia está em toda parte. Ou melhor, tudo é (ou vem a ser) Geografia.

Estou convencido de que as Geografias pelas quais sou apaixonado e aliado, são consequências da minha escrita. E não o contrário. Aliás, se alguns geógrafos e geógrafas compreendessem isso, talvez passassem a escrever melhor, isso porque, muito mais que conteúdo, a forma como escrevemos importa. Pela forma da escrita, inclusive, descobrimos que nenhuma escrita é completamente impessoal.

Isto posto, o meu objetivo consiste na problematização de três questões, duas de ordem teórico-conceitual e uma de ordem empírica-pessoal. A saber, quis verificar como o debate sobre a maternidade está inserido (ou não) na agenda de

pesquisa geográfica, especificamente, naquela que trata sobre gênero e sexualidades. Para tanto, recorri a pesquisa bibliográfica (Gil, 2002) e a revisão narrativa (Ribeiro, 2014) como procedimentos metodológicos. Concomitantemente, descrevi e problematizei experiências pessoais derivadas da relação com minha mãe e minha avó me amparando na autobiografia (Abrahão, 2003) e no ato do falar de si (Butler, 2015)². A primeira questão é derivada da segunda. Em outras palavras, escrevi este texto porque vivi experiências, e que passados alguns anos pude compreendê-las por uma ótica científico-política. E não há avaliação que dê conta de tamanha complexidade subjetiva.

A terceira problemática evidenciada refere-se à consideração ou recusa da/na ciência geográfica para com o debate sobre o espaço privado e os eventos que se manifestam no mesmo. Eventos que revelam geografias de vida particulares, ao mesmo tempo que interdependentes com outras questões.

Delimitadas tais intenções, uma ressalva: se você que está lendo ou avaliando o presente texto, não se identifica ou se reconhece como negro(a), bixa ou outra identidade sexual dissidente, nem viveu em um contexto familiar por demais disfuncional, saiba que, a princípio, meu texto não foi elaborado para você. O meu processo criativo de escrita envolve sempre imaginar quem irá ler meus textos. Geralmente, escrevo para jovens pesquisadores(as) e professores(as) negros(as), LGBTI+³ e grupos marginalizados. Contudo, sei que meu texto, quando publicado, deixa de ser somente meu. Assim sendo, para aqueles e aquelas que não partilham de nenhuma experiência e condição semelhante à minha, o presente texto é (também) uma oportunidade de letramento feminista, antirracista e anti-homofobia.

Para além disso, as motivações para o presente manuscrito derivam (também) da experiência que vivenciei em junho de 2023 como aluno especial de uma disciplina oferecida num Programa de Pós-Graduação em Geografia de uma universidade pública do Paraná sob responsabilidade da professora Dália Amai⁴,

² Proposto pela filósofa estadunidense Judith Butler, o ato de relatar a si mesmo, valorizado como uma tática analítica radical, se efetiva quando uma(s) narrativa(s) enunciada(s) por alguém oferece a este/a uma autoridade político-pessoal, e esta mesma autoridade dispõe de um caráter persuasivo para com o/a interlocutor a fim de garantir um status de “verdade”.

³ Sigla referente às identidades sexuais e de gênero dissidentes, a saber, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros, intersexos. Houve e há variações (GLS, LGBT, LGBTIA+, LGBTQIA +, LGBTQIAPN+) na escrita da sigla por se tratar de um projeto/programa organizado por coletivos e entidades políticas que com suas pautas e demandas propõem redefinições. Utilizo LGBTI+ em razão do meu posicionamento político-pessoal e identitário.

⁴ Nome fictício em respeito a identidade da professora. Dália é um nome de uma flor nativa das montanhas do México e da Colômbia e que é considerada símbolo de mudanças e novos começos.

mulher cisgênero, vista socialmente como branca, professora, pesquisadora e mãe. Sua trajetória de mais de 20 anos na ciência geográfica deve-se, sobretudo, aos estudos de gênero e sexualidades que a tornaram conhecida nacionalmente e internacionalmente por pesquisas compromissadas com as demandas, questões e direitos de grupos marginalizados e dissidentes da norma sexo-gênero-sexualidade, a saber, travestis, lésbicas, gays, prostitutas, população encarcerada e demais experiências.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

As etapas metodológicas⁵ para escrita deste texto foram: I) Leitura de artigos e livros para composição do referencial teórico-conceitual (Gil, 2002). Para tanto, plataformas digitais como *Scielo* e *Google Acadêmico* foram utilizadas. II) Identificação das principais abordagens e/ou tendências teórico-conceituais mobilizadas pelas/nas Geografias Feministas no que tange a experiência de mulheres mães e a maternidade. Para esta etapa, decidi filtrar artigos mais recentes (2018-2022) em termos de data de publicação e que mencionaram os termos “Mãe” “Maternidade” “Espaço privado” e “Espaço doméstico” em seus respectivos títulos, resumos ou palavras-chave.

O recorte temporal delimitado é, também, em consideração as trajetórias de pesquisadoras que acumulam estudos e orientações sobre gênero e sexualidades na Geografia. Assim, nomes como Joseli Silva, Anita Oliveira, Susana Veleda Silva e Patricia Milani foram destaques no meu manuscrito, dado que estas professoras-pesquisadoras, nos últimos anos, têm se dedicado a orientar pesquisas sobre feminilidades e maternidades. Adicionalmente, com a leitura dos currículos das mencionadas autoras encontrei-me com estudos de suas orientandas(os), de modo que, considerei a existência de uma rede de “geografias maternas”⁶ (em

Amai é um nome de origem *shona*, tronco linguístico existente no Zimbábue e que significa “Mulher” e “Mãe”.

⁵ Agradeço a leitura cuidadosa e as sugestões oferecidas pela dupla avaliadora do presente artigo, especialmente, as que foram sobre aprimorar a descrição dos procedimentos metodológicos.

⁶ Nomeio como rede apenas para fins didáticos, e em razão de trabalhos anteriores que fazem uso de procedimentos metodológicos semelhantes, mas com um tratamento muito mais preciso e com bases de dados muito mais sofisticadas, das quais eu não tenho conhecimento suficiente para manuseá-las neste momento. Para saber mais, sugiro a leitura das pesquisas, a saber: “*Espacialidades e interseccionalidades na vivência de mulheres prostitutas mães na cidade de Ponta Grossa-PR*” (Przybysz; Silva; 2017) e “*Emoção corporificada e potência para constituição de espaços de luta para superar a violência sexual sofrida por mulheres*” (Campos; Silva; Silva, 2019).

minúsculo pois me refiro aos conhecimentos criados a partir da base epistemológica das Geografias Feministas) vide a parceria orientadora-orientanda.

Dos artigos identificados e selecionados, realizei leituras, fichamentos e sínteses narrativas a fim de criar os meus argumentos e problematizações (Etapa III) sobre as potencialidades e limitações existentes nos mesmos. Para tanto, eu assumi a postura de interpretador-analista, tendo em vista os princípios da análise de discurso e com base na obra de Eni Orlandi (2005) para quem qualquer descrição é dependente de uma interpretação, de modo que, ao envolver-me com o objeto e/ou referente teórico, interfiro imediatamente no mesmo, deslocando-me da posição de leitor para analista. Deslocamento que legitima:

[...] a alteridade do cientista, a leitura outra que ele pode produzir. Neste lugar, ele [eu] não reflete, mas situa, comprehende, o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico que é seu alvo. Ele [eu] pode então contemplar (teorizar) e expor (descrever) os efeitos da interpretação [...] Ele [eu] não se coloca fora da história, do simbólico ou da ideologia. Ele [eu] se coloca em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições (Orlandi, 2005, p. 61).

Isto feito, dediquei-me na redação do texto (Etapa IV) em forma de artigo científico amparada numa abordagem autobiográfica (Abrahão, 2003), localizada (Haraway, 1995) e mediada por uma escrita da vida (Evaristo, 2020).

Por fim, comunico a você, pessoa leitora, que fiz a escolha de me amparar teórico-conceitualmente nas Geografias Feministas (Silva, 2009; 2010; Oliveira, 2020; Santos, 2020; Milani, 2021) e nos Feminismos Negros (Anzaldúa, 2000; Crenshaw, 2002; Collins, 2019; Gonzalez, 2020; hooks, 2020). Com tais fontes, sou nutrido e fortalecido com as ideias de professoras-pesquisadoras que reconhecem a pesquisa como resultado de um processo político-afetivo em que um referente é identificado, contextualizado, problematizado e sobre tal escreve-se. Outrossim, um processo criativo mediado por um sujeito e sujeita corporificado/a que vive num espaço e tempo específicos; um sujeito e sujeita que é generificado/a, racializado/a e sexuado/a.

POR ENTRE MEMÓRIAS⁷: DO INTERIOR PARANAENSE A ESTÂNCIA-SE

⁷ O conteúdo autobiográfico apresentado nesta seção foi, em parte, derivado da minha dissertação de mestrado “Rasuras de Bixa-Preta e elo entre as Geografias Feministas e Geografias Negras: Corpo-Território” (Pequeno, 2025).

Maria Helena Abrahão (2003) inicia seu texto *Memórias, narrativas e pesquisa autobiográfica* com a seguinte afirmação:

A pesquisa autobiográfica - Histórias de Vida, Biografias, Autobiografias, Memoriais - não obstante se utilize de diversas fontes, tais como narrativas, história oral, fotos, vídeos, filmes, diários, documentos em geral, reconhece-se dependente da memória. Esta, é o componente essencial na característica do(a) narrador(a) com que o pesquisador trabalha para poder (re) construir elementos de análise que possam auxiliá-lo na compreensão de determinado objeto de estudo [...] Por esta razão, sabe-se, desde o início, trabalhando antes com emoções e intuições do que com dados exatos e acabados; com subjetividades, portanto, antes do que com o objetivo. Nesta tradição de pesquisa, o pesquisador não pretende estabelecer generalizações estatísticas, mas, sim, compreender o fenômeno em estudo, o que lhe pode até permitir uma generalização analítica (Abrahão, 2003, p. 80).

Adicionalmente, eu diria que toda memória contém em si um componente geográfico. Em outras palavras, toda memória revela uma espacialidade, uma experiência espacial, ou melhor, corpo-espacial. Corporificada, pois.

[...] entendemos que a memória das experiências corporificadas realiza conexões que transitam no tempo. Não são expressões de verdades absolutas, mas versões construídas por elas que ao trazer a memória evocando acontecimentos do passado, ela é enunciada no presente e sendo assim, passa por mediações de elementos que são fruto da elaboração de identidades em trânsito [...] (Campos; Silva; Silva, 2019, p. 42).

Conforme recordo e sinto, minha identidade está em trânsito desde 12 de maio de 1999. Mas gostaria aqui de descrever uma memória de junho de 2023. Numa manhã do dia 26 de junho de 2023. Numa cidade interiorana do Paraná. Participando do Programa de Pós-Graduação em Geografia como aluno especial. Na presença da professora Dália e da turma plural de estudantes.

Havia chegado atrasado na aula. A professora Dália já estava em sala. Pedi licença e fui me sentar. Quando finalmente olho para ela um encantamento e estranhamento. Encantamento, pois, finalmente, eu estava conhecendo (pessoalmente) a pesquisadora que inspira a minha trajetória acadêmica. Estranhamento, pois o semblante da professora Dália revelava que ela estava triste, emotiva, vulnerável. Então soubemos o motivo: sua mãe havia falecido há alguns dias. Nos contou que considerou a possibilidade de cancelar a disciplina, contudo,

decidiu manter pois sabia que sua mãe ficaria feliz em saber que sua filha estava fazendo o que mais gosta: dar aula. Com os olhos marejados que traduziam a dor do luto e o afeto materno que sua mãe lhe garantiu em toda vida, a professora Dália encerrou seu relato dizendo o seguinte: “*Mãe é lugar*”.

Imediatamente fui afetado por tal enunciado. O primeiro pensamento foi sobre a relação com minha mãe. A segunda afetação após ter ouvido “*Mãe é lugar*” pela professora Dália foi a de considerar o luto como uma emoção sentida corpo-espacialmente (Campos; Silva; Silva, 2019) e sempre em relação com o/a outro/a. Explico-me melhor. Naquela manhã de 26 de junho de 2023 a professora Dália estava relatando e reelaborando (graças as suas memórias) seu luto para com sua mãe numa sala de pós-graduação com estudantes residentes das cinco regiões brasileiras e assim como o seu relato me atingiu pessoalmente, não há dúvidas que as/os demais estudantes também foram. Logo, não era apenas a professora Dália que estava sentindo o luto, mas também nós, estudantes-ouvintes do seu relato.

Das inquietações pessoais provocadas pela escuta com a Profa. Dália, surgiu a curiosidade em saber se há na Geografia discussões sobre mãe e/ou maternidade, bem como sobre luto. Algumas descobertas: a professora Joseli Silva em conjunto com Juliana Przybysz (Przybysz; Silva, 2017 e 2019) conceberam uma pesquisa com mães prostitutas no Paraná. Dentre os argumentos das autoras sobre o estigma em torno da profissão sexual e do direito à maternidade das mães prostitutas foi apontado a fronteira e a interdependência entre espaço público e privado, e como as mães prostitutas conseguem escapar e subverter essa lógica de ordenação espacial que se quer binária e generificada assimetricamente, uma vez que o espaço público foi historicamente construído e experienciado por homens e para homens, enquanto o espaço privado foi construído e imposto como destino para as mulheres.

A quase ocultação do espaço privado na tradição conceitual da geografia brasileira construiu barreiras para compreender que era justamente o fato de serem mães que fazia com que as prostitutas estabelecessem estratégias espaciais que eram específicas quando se tratava da prostituição de rua, boates e bares. Cada uma das formas de prostituição contemplava as maneiras com as quais estas mulheres sustentavam o cuidado com os filhos. Nas boates, diferente das ruas onde elas dizem ter mais autonomia de horários, as mães prostitutas estabeleciam redes femininas de cuidados nas cidades por onde passavam. Elas contratavam mulheres da periferia, em geral, indicadas por pessoas da própria boate para cuidar dos filhos durante toda a semana, dificultando com que seus filhos soubessem

sua ocupação que permitia criá-los economicamente. Assim, há uma interdependência entre os espaços público e privado e é esta relação que permite a reprodução dessas famílias que são sustentadas por mulheres prostitutas de baixa renda [...] (Przybysz; Silva, 2019, p. 56-57).

Outra descoberta foi o texto *Corpo, Espacialidade e Maternagem: Trilhas para uma Geografia Corporificada* de Anita Oliveira (2021). Neste, a autora tomou a sua experiência e condição enquanto mãe, geógrafa e pesquisadora como ponto de partida para encaminhar um debate sobre corpo feminino, maternidade e maternagem. Se fundamentou conceitual e metodologicamente nos pressupostos da interseccionalidade (Crenshaw, 2002)⁸ e nos Feminismos Negros enquanto exercício para o letramento racial diante da branquitude (Bento, 2022)⁹ que organiza a sociedade, a política e a ciência.

[...] As espacialidades da maternagem variam conforme o arranjo dos diferentes eixos de opressão que incidem sobre determinadas existências. Isso porque, para que muitas mulheres mães possam ‘sair de casa para o trabalho’, outras mulheres foram e são responsabilizadas por cuidar destas crianças. Não podemos esquecer que muitas destas mulheres que vão cuidar, especialmente por meio do trabalho doméstico remunerado, também são mães, que acabam por deixar suas crianças em algum lugar quando não estão nas creches e escolas. Por vezes, estas crianças ficam sozinhas, sob o cuidado de outras crianças maiores ou sob guarda das redes de parentesco e vizinhança, formadas majoritariamente por outras mulheres. Historicamente, as mulheres que estão na base da estrutura social do cuidado (parental, comunitário ou terceirizado) são as mulheres negras e esta relação da maternagem com outros cuidados diz muito sobre como podemos fazer uma autocrítica em relação à perspectiva do letramento antirracista em nosso fazer científico feminista [...] (Oliveira, 2021, p. 229).

⁸ Conceito e ferramenta teórico-metodológica elaborada inicialmente nos estudos da jurista feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002). No modelo didático elaborado pela pesquisadora consta que, as mulheres negras vivem condicionadas (e subordinadas) a ruas/rodovias que atravessam suas experiências enquanto sujeitas de direitos. Ruas/rodovias que representam as violências materiais e simbólicas (misoginia, feminicídio, violência de gênero, assédios, desigualdade salarial etc.) que se cruzam com a avenida principal: o racismo. Com a interseccionalidade é possível identificar e verificar que as opressões para sujeitos/s subalternizados/as não são efeitos apenas da sua identidade de gênero, ou sua identidade racial, ou ainda sua sexualidade, mas sim que todas essas opressões se acumulam e incidem sobre a subjetividade de cada pessoa.

⁹ Uma das proposições sobre o conceito de branquitude foi elaborada pela pesquisadora e psicóloga brasileira Cida Bento (2020) quem o conceitua como um regime ético, político e identitário que incide sobre a sociedade na forma de um ‘pacto’ que articula discursos, representações e políticas a partir da diferença racial e que objetiva (auto)preservar os privilégios e direitos dos corpos brancos.

Em momento anterior, a geógrafa Anita Oliveira (2020) já tinha se dedicado a refletir sobre sua condição de mãe quando do período pandêmico e como tal conjuntura influenciou seu regime de trabalho como professora e pesquisadora. Cabe lembrar que a quarentena em razão da Pandemia Covid-19 se converteu (também) num momento propício para a disseminação de discursos produtivistas e elitistas no que tange ao “crescimento profissional” e/ou “aperfeiçoamento profissional”, a partir da falácia de: como estávamos todos e todas em casa, consequentemente, teríamos tempo de sobra para realizar cursos, escrever artigos, aprender novas habilidades, cativar novos hábitos etc. Discursos como esses inviabilizaram as experiências de pessoas negras, pobres, trabalhadores(as) que não tiveram seu regime de trabalho presencial modificado, colocando em risco suas próprias vidas, e claro, a experiência de milhares de mães (em matrimônio ou solo) que desde sempre assumiram jornadas duplas de trabalho, e que na pandemia isso só se intensificou.

[...] Há uma diferença entre querer ficar em casa e precisar ficar nela por um tempo que não se sabe qual e quando o que está em risco é a própria vida. O imperativo da permanência, da não-mobilidade em um contexto de pandemia é lido como privilégio aos que podem “se dar ao luxo” de não sair e, ao mesmo tempo, é reconhecidamente exaustivo em termos emocionais quando não parece haver outra forma de evitar a propagação do vírus. E na minha memória de mãe, que tem um filho pequeno pedindo para brincar – quando o trabalho (doméstico ou remoto) se acumula, quando se tem medo e insegurança da contaminação e muita incerteza do futuro –, sobram questões. Para além da perversa construção social da maternidade cercada de culpa, não há nada tão vivo e presente neste tempo (que parece suspender e cancelar ações de modo tão determinante) que o imperativo das crianças por brincar (Oliveira, 2020, p. 155-156).

As críticas e o testemunho apresentado por Anita Oliveira (2020; 2021) nos servem como um lembrete para a estrutura social-político-científica que segue sendo dominada e manipulada por práticas e discursos por demais elitistas, racistas, sexistas e misóginos. Estrutura qual beneficia homens, principalmente, homens brancos e cisheterossexuais.

Outra importante contribuição que pude apreciar no percurso das leituras formativas para o debate aqui proposto foi o texto conjunto das pesquisadoras Cíntia Silva e da Bruna Santos (2021) que encaminharam uma discussão aliada às epistemologias feministas descoloniais, utilizando-se do conceito de imagens de

controle (Collins, 2019) e tendo como horizonte empírico os dispositivos de controle do corpo feminino durante o parto.

Temos então o parto tradicional como uma ação feminista e como uma ruptura com as imagens de controle projetadas sobre as mulheres que, em um padrão moderno, passam de centrais e ativas para uma condição secundária e de pacientes, que necessitam ser tratadas, vendo majoritariamente o parto como um processo cirúrgico, e não “natural/instintivo” de mulheres com útero, representando uma nova tensão entre os discursos e práticas de controle de corpos (Silva; Santos, 2022, p. 194).

O homem brincou de *Deus* quando foi capaz de desenvolver a técnica medicinal obstetrícia. Afinal, há algo mais excitante para o falo masculino do que trazer um ser à vida? (Se é que isso pode ser considerado invenção científica, quando na verdade trata-se de apropriação de saberes ancestrais das parteiras) Por um momento, a atenção se volta para o médico todo poderoso, enquanto a mulher-mãe parturiente fica à mercê de sua desenvoltura técnica e sucesso na finalização do processo.

Da potência criativa dos textos de Anita Oliveira (2021) e de Cíntia Silva e Bruna Santos (2022) é evidente a influência dos Feminismos Negros e as Epistemologias Descoloniais nas escritas das autoras, haja vista as referências tomadas como base. Assim, a meu ver, as autoras mobilizaram um letramento racial (Ferreira, 2014)¹⁰, bem como reafirmaram a necessidade de tornar políticos os (des)afetos femininos (Muniz, 2018; Sardenberg, 2018) e maternos (Abreu; Romano, 2023) a partir da reflexão de trajetórias de vida (Massey, 2009) e da elaboração de conhecimentos localizados e localizáveis (Haraway, 1995) espaço-temporalemente em suas diferentes intersecções.

[...] Refletir sobre nossa posicionalidade enquanto sujeitas do conhecimento exige repensar criticamente nossos modos de fazer geografia, e indica a necessidade de uma mudança drástica das referências bibliográficas, para reposicionar o pensamento decolonial feminista e o feminismo negro na estrutura acadêmico-científica, de

¹⁰ A proposta de letramento racial derivou dos estudos em Educação e Linguagens sobre letramentos (Pereira; Lacerda, 2019). Compreende-se que o letramento racial pode ser efetivado por meio de um conjunto de linguagens (escrita, oralidade, artes) e projetos pedagógicos que visem a discussão das relações étnico-raciais. Também foi difundida no campo da Teoria Racial Crítica (Ferreira, 2014) em qual, o letramento racial é valorizado como uma das ferramentas de garantia de registros empíricos e teóricos sobre os atravessamentos e assimetrias raciais que se manifestam em diferentes espaços.

modo ampliar a visibilidade desses movimentos (Oliveira, 2021, p. 221).

Fui eu mesmo conhecer e mergulhar nas fontes que constituíram tais estudos na tentativa de fundamentar e legitimar meus argumentadores derivados da minha situação intelectual e condição subjetiva enquanto homem cisgênero, negro e bixa. Ademais, compreender meus afetos em relação a maternidade exercida pela minha vó e o sentimento de rejeição relacionado à minha mãe. Deparei-me com a proposição bell hooks (2020):

[...] De maneira irônica, várias pessoas pressupõem que qualquer lar é automaticamente matriarcal quando a mulher é chefe de família. Na realidade, mulheres chefes de família na sociedade patriarcal, com frequência, sentem-se culpadas pela ausência de uma figura masculina e ficam hiperatentas à comunicação de valores sexistas para as crianças, principalmente para os garotos [...] (hooks, 2020, p. 110).

Reconheço a minha avó nesse argumento. Vivi 12 anos de minha existência num lar inteiramente feminino. Minha avó era a chefe da casa; trabalhava numa fábrica de sucos (Maratá) do estado de Sergipe até que foi despedida. Éramos três em casa, eu, ela e a minha tia (irmã da minha mãe). Desde cedo fui ensinado a realizar as tarefas domésticas como lavar louça, varrer a casa, arrumar o quarto e limpar o quintal. Este último era o meu refúgio, haja vista que minha vó não permitia que eu brincasse na rua em sua ausência, e lugar preferido onde imaginei os mais diferentes cenários e inventei as mais diferentes brincadeiras com a menina do quintal ao lado. Infelizmente, o quintal de antes não existe mais materialmente. Foi murado e cimentado. Todavia, segue existindo nas minhas memórias mais felizes.

Outra recordação. Quando saía na rua acompanhado da minha avó, elogios eram dirigidos a mim pelas outras mães residentes da rua Natal do Bairro Cidade Nova em Estâncio-SE que, costumeiramente, ficavam sentadas na calçada proseando. Todavia, quando os filhos dessas mesmas mães me viam sem a companhia de minha avó dirigiam a mim ofensas como “*O menino da vovó*” “*O magricela viado*” “*O baitola cabeça*”. Minha avó sempre foi cuidadosa e carinhosa comigo, mas eu sempre tive medo de relatar essas ofensas para ela. Das vezes que ela percebia, era a primeira a me defender. Talvez, o não brincar na rua em sua ausência já fosse uma forma de cuidado dela para comigo, pois sabia que eu não

teria forças para reagir. O que demorou anos. Meus atos e gestos (Butler, 2003) revelavam um menino efeminado. Felizmente, a atenção e cuidado materno por ela dispensado me fez resiliente.

Sabe-se que há dois fenômenos generalizados (nacional e internacionalmente) e que se refere às vivências de pessoas LGBTI+ que nascem e vivem em meio a familiares homofóbicos, machistas e violentos: o abandono parental e a expulsão da casa da família.

Todos os dias, jovens e adultos LGBTI+ são violentados e expulsos de suas casas pelo motivo de não serem queridos(as), amados(as) e reconhecidos(as) por seus familiares como seres humanos, mas sim como aberrações. A casa de famílias disfuncionais para pessoas LGBTI+ é frequentemente significada como um lugar fóbico, hostil...uma prisão. A homofobia e a violência infestam o cotidiano de pessoas LGBTI+ a todo momento, fora ou dentro de sua casa. O abandono parental tanto da mãe quanto do pai afeta pessoas LGBTI+ de maneira profunda, o que pode resultar em diagnósticos de depressão, ansiedade, crise do pânico, bipolaridade, vícios, e no mais grave limite, suicídio.

Tratando especificamente da violência de mães para com seus filhos(as), e como essa pauta é pouco evidenciada em pesquisas feministas (e nas ciências humanas e sociais), bell hooks constatou que:

[...] Há o problema de que, em sua maioria, pensadoras feministas jamais quiseram chamar atenção para a realidade de que mulheres são, com frequência, as principais culpadas pela violência diária contra crianças, simplesmente porque são as principais responsáveis por tomar conta delas. [...] o fato é que multidões de crianças são abusadas de modo verbal e físico por mulheres e homens, todos os dias. O sadismo maternal com frequência leva mulheres a abusar emocionalmente de crianças, e a teoria feminista ainda não ofereceu nem crítica feminista nem intervenção feminista quando a questão é violência de mulher adulta contra criança (hooks, 2020, p. 110-111).

A minha mãe começou a beber desde a adolescência. Quando fui morar com ela, com minha irmã e meu irmão, acompanhei de perto suas saídas para o bar. Os finais de semana foram os piores de minha adolescência vivendo em tais circunstâncias. Costumeiramente, quando minha mãe retornava do bar trazia um homem adulto para dentro de casa. Alguns eram namorados, outros apenas casos momentâneos. O meu irmão mais novo dormia com ela, enquanto eu e minha irmã

dormíamos no outro quarto. Mas, quando minha mãe trazia alguma visita, o meu irmão mais novo ia dormir na cama da minha irmã.

Havia apenas uma parede que dividia os cômodos. A noite vinha e com ela a minha angústia, raiva e desconforto quando ouvia a porta sendo aberta e a nossa mãe entrando no quarto com seu acompanhante. Gemidos, tapas, xingamentos e até brigas eram ouvidas por nós do outro lado da parede. Meu irmão mais novo ficava nervoso, às vezes chorava e perguntava o que estava ocorrendo; a minha irmã tapava a boca dele para fazer silêncio, enquanto nos olhávamos tristonhos. Fazíamos um esforço para que nosso irmão dormisse o mais rápido possível. Só íamos dormir depois que tudo terminava e ouvíamos o ronco da nossa mãe. No outro dia, a ressaca, os vômitos, a bagunça no quarto e as ordens “*Traga-me um vaso de água!*” “*Limpe a casa vou ali e volto já!*”. Dentro de mim, o ódio crescia. Quando enfim me encontrava frente a frente com a nossa mãe, lhe questionava e acusava-a de bêbada. Apanhava ao mesmo tempo que devolvia as agressões. Em seguida, saia correndo para casa de minha avó, porém não me sentia acolhido e então retornava para ficar com minha irmã e meu irmão. Mudávamos de casa, de bairro, mas as circunstâncias se repetiam. E foi assim o tempo todo até eu decidir ir embora de Estância-SE aos 16 anos. Na ocasião, fui expulso de casa por ter declarado minha homossexualidade e ter denunciado a minha mãe no Conselho Tutelar por agressões contra mim.

Quase 10 anos depois, venho tentando reelaborar essas memórias e dores que me constituíram enquanto pessoa e que implicaram em decisões desde mudar de cidade, estado até rompimento de vínculos. Tenho feito o esforço de pensar em minha mãe como uma pessoa que teve (e tem) suas vontades, desejos, sonhos, alguns realizados, outros desconsiderados e/ou interrompidos. Uma mulher que foi violentada e que não pode expressar isso sem ser julgada como “*A mãe que abandonou o filho para curtir a vida*” e que infelizmente não conseguiu reconhecer as violências praticadas com seus filhos e sua filha. Uma mulher que viveu (e vive) numa esfera familiar de dominância em que mulheres foram ensinadas desde cedo para abdicarem de si em prol dos filhos/as, da vida doméstica e do trabalho.

[...] Sempre que a dominação estiver presente, faltará amor. MÃES e pais amáveis, sejam solteiros ou casados, gays ou heterossexuais, sendo a mulher ou o homem chefe da família, têm mais probabilidade de criar crianças saudáveis e felizes, com boa

autoestima. Em futuros movimentos feministas, precisamos trabalhar mais para mostrar às mães e pais como acabar com o sexismão muda positivamente a vida da família. O movimento feminista é pró-família. Acabar com a dominação patriarcal de crianças, seja por homens, seja por mulheres, é a única maneira de tornar a família um lugar no qual as crianças se sentem seguras, no qual elas podem ser livres, no qual podem conhecer o amor (hooks, 2020, p. 116).

Hoje me reconheço como um homem migrante que saiu de casa com algumas demandas: ser ouvido, acolhido e querido. Dos afetos e desafetos maternos antes não ditos, retomo a fala da professora Dália no dia 26 de junho: “*Mãe é lugar*”. Mas a minha mãe nunca foi lugar para mim. (Não estou totalmente convencido disso).

Entranhei-me na frase. Palavra por palavra. Significado por significado. *Mãe*: substantivo, adjetivo, ancestralidade, afeto, desafeto, mulher, mulheres, pessoas. *é*: verbo, ação, estado, prática. *Lugar*: substantivo, adjetivo, casa, casas, refúgio, afeto, desafeto, pessoas. Cheguei a um possível entendimento: assim como lugar implica sentimentos de estranhamento e/ou familiaridade, a maternidade é (também) um uma prática e sentimento espacializada. Não somente isso...

Maternidade é uma emoção corporificada (Campos; Silva; Silva, 2019). Expressada por várias subjetividades, seja intrafamiliar (mãe, avó, tia, irmã) ou extrafamiliar (amizades). Mãe implica (também) um afeto espacializado: maternidade. Espacializado e específico, pois para cada sentido e valor de maternidade há sempre um contexto, cenário, circunstâncias, condições materiais e imateriais que fazem a maternidade no *aqui* e *agora*. Retomo a pergunta que inicia o capítulo. Mãe é lugar? Não. Mãe faz lugares! O *fazer* como agência em alteridade, em vez do *ser* como estado permanente e/ou fixo. E muito além disso (mas por enquanto me satisfaço em sugerir esta compreensão).

Das experiências pessoais e os argumentos teóricos apresentados descortina-se a terceira problemática: a Geografia ainda se recusa a discutir o espaço privado. A urgência, portanto, com a politização deste e a alerta para que a Geografia participe da discussão, assim como participa da discussão dos espaços públicos. Em outras palavras, o que nos motiva a investigar a cidade, estado e/ou região, país e/ou continente? E o que nos impede ou o que nos causa miopia para com o debate da nossa casa? Do cotidiano intrafamiliar? Aposto na seguinte

resposta: o discurso geográfico. Trata-se, então, das escolhas e alianças epistemológicas que fazemos.

A Geografia não constrói categorias e conceitos que fragilizem sua potência como ciência, muito ao contrário, pois busca definir seus limites pela compreensão do que seja a realidade, o problema é que sempre existirá um limite e não conseguirá alcançar toda a realidade. A limitação da ciência geográfica encontra-se nos limites da própria linguagem, já que algumas coisas podem ser ditas enquanto outras não. O silêncio é o limite (Barbosa, 2014, p. 15).

Da recusa para com silêncio imposto para exposição de alternativas teórico-metodológicas que nos possibilitem germinar discussões por demais necessárias no que tange às relações, estórias e trajetórias de vida (Massey, 2009) que ocorrem no espaço privado e que, geralmente, são obras/efeitos de políticas, discursos e agentes que controlam (com reações e resistências dos controlados) o espaço público.

ESPAÇO QUE É PRIVADO E DOMÉSTICO: POR ISSO, POLÍTICO-GEOGRÁFICO

Quando se pretende discutir as distinções entre espaço público e espaço privado algumas problemáticas teórico-empíricas comparecem, especialmente, aquelas que se consolidaram no pensamento clássico da filosofia e ciência política (Arendt, 2010). Primeiramente, a herança ocidental, sobretudo, os valores éticos e políticos da civilização grega, por meio dos quais o espaço público foi concebido como uma arena (*pólis*) em que participavam cidadãos livres (leia-se homens proprietários de terra e pessoas escravizadas) e estes se preocupavam somente para com as necessidades/demandas tidas como universais.

A *pólis* diferenciava-se do lar pelo fato de somente conhecer “iguais”, ao passo que o lar era o centro da mais severa desigualdade. Ser livre significava ao mesmo tempo não estar sujeito às necessidades da vida nem ao comando de outro e também não comandar. Significava nem governar nem ser governado (Arendt, 2010, p. 38, Grifos da autora).

Essa positividade da liberdade enquanto condição para a existência do espaço público nos termos do *ethos* e *logos* greco-romano antigo era precedida pela negatividade da liberdade constituinte e constituída do/no espaço privado, este

enquanto nível espacial definido pela dominação de um grupo sobre o outro (leia-se escravizados, mulheres).

[...] Assim, dentro do domínio do lar, a liberdade não existia, pois o chefe do lar, seu governante, só era considerado livre na medida em que tinha o poder de deixar o lar e ingressar no domínio político, no qual todos eram iguais. É verdade que essa igualdade no domínio político tem muito pouco em comum com o nosso conceito de igualdade: significava viver entre pares e ter de lidar somente com eles, e pressupunha a existência de “desiguais” que, de fato, eram sempre a maioria da população na cidade-Estado [...] (Arendt, 2010, p. 39, Grifos da autora).

Os valores e as normativas desse *modus vivendi* pretensamente antigo estenderam-se para períodos modernos. Desde as invasões europeias em África e nas Américas sustentada pela institucionalização global do trabalho escravo até os movimentos abolicionistas da escravidão e a emergência dos Estados terceiro-mundistas. O surgimento das ciências modernas e desautorização e/ou epistemicídio para com certos grupos (povos originários, africanos, mulheres, LGBTI+, etc.). Renovação dos sistemas democráticos e a negação de voto para com mulheres e/ou ex-escravizados/as. A criação de entidades como Organização das Nações Unidas e documentos como a Declaração dos Direitos Humanos. Em todas essas conjunturas é possível perceber os efeitos da dicotomia público versus privado. Me atendo àqueles que se manifestam na ciência.

A ascensão dos movimentos feministas e suas ‘ondas’ derivadas de alianças políticas, de agenda de interesses comuns e renovações epistemológicas, sempre tiveram em vista a dominação das mulheres pelo patriarcado, a negação de direitos, a masculinização da família e o aprisionamento daquelas no espaço privado aqui entendido como espaço doméstico (Okin, 2008). Com o arranque dos feminismos acadêmicos (inicialmente no Norte global) problematizações foram apresentadas e incitaram distintas proposições conceituais a partir da categoria analítica gênero (Scott, 1995).

Contribuinte desse movimento, Susan Okin (2008), ao eleger como referente a família e problematizar a sua despolitização intencionada pela ciência política propôs uma chave conceitual, a saber, “falsa neutralidade de gênero”.

[...] No passado, os teóricos políticos usavam explicitamente termos masculinos de referência, como “ele” e “homem”. Em geral, ficava

claro que seus argumentos centrais eram, de fato, sobre chefes de família masculinos [...] Desde meados dos anos 70, a maioria dos teóricos vêm tentando evitar, de uma ou de outra maneira, o uso genérico de termos masculinos de referência. Ao invés disso, eles tendem a utilizar termos como “alguém”, “ele ou ela”, “homens e mulheres”, “pessoas”, ou “mesmos”, ou utilizar termos de referência masculinos e femininos alternadamente. O problema com essas respostas meramente terminológicas aos desafios feministas é que elas frequentemente comprometem a credibilidade e algumas vezes levam a resultados sem sentido. Termos neutros, se usados sem atenção de fato às questões de gênero, frequentemente obscurecem o fato de que grande parte da experiência real das “pessoas”, enquanto elas viverem em sociedades estruturadas por relações de gênero, de fato depende de qual é seu sexo (Okin, 2008, p. 309-310).

Um possível entendimento do argumento da autora é de que a neutralidade terminológica arbitrária para com o gênero coloca em risco o caráter político e relacional dessa categoria, perdendo de vista, portanto, a transformação das bases epistemológicas das ciências.

Encontramo-nos, pois, com a afirmação “*O pessoal é político*” transformado no slogan dos movimentos feministas. De acordo com a autora supracitada, as origens dessa expressão remetem às críticas ao liberalismo econômico encaminhadas por intelectuais feministas e ativistas marxistas e que foram sustentadas pelos pressupostos verificados nas obras *Sobre questão judaica* e *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (Marx, 2010; 2010).

[...] “O econômico é político” é uma afirmação central ao desafio que a esquerda coloca ao liberalismo. Paralelamente, as teóricas feministas, focando o gênero e argumentando que poder e práticas políticas e econômicas são estreitamente relacionados às estruturas e práticas da esfera doméstica, expuseram o quanto a dicotomia entre público e doméstico, também reificada e exagerada pela teoria liberal, serve igualmente a funções ideológicas. O slogan feminista correspondente é, obviamente, “o pessoal é político” (Okin, 2008, p. 312, Grifos da autora).

Importante ressaltar que tal princípio não foi incorporado de imediato na agenda de pautas e ações das feministas, isso porque os movimentos feministas de primeira e segunda onda não se preocuparam com tamanha ênfase na politização da família e das relações domésticas (Okin, 2008). Felizmente,

[...] Não demorou muito, no entanto, para que a maioria das feministas desenvolvesse posições entre esses dois extremos, recusando-se a aceitar a divisão do trabalho entre os sexos como natural e imutável, mas recusando-se também a abrir mão da família. Nós reconhecemos que a família não estava inevitavelmente ligada à sua estrutura de gênero, mas, até que se tivesse sucesso na transformação dessa estrutura, não poderia haver qualquer esperança de igualdade para as mulheres, seja na esfera doméstica, seja na pública (Okin, 2008, p. 313).

Tal reconhecimento fez com que nas abordagens feministas contemporâneas, a questão sobre as infâncias e os direitos das crianças também fosse considerada como uma responsabilidade pública compartilhada entre mulheres, homens, instituições e representantes políticos/as.

[...] as pesquisadoras feministas têm argumentado que a divisão doméstica do trabalho, e especialmente a prevalência da mulher à frente da criação dos filhos, são socialmente construídas, e, portanto, questões de relevância política. Além de serem fatores centrais na estrutura de gênero da sociedade de maneira mais ampla, sua manutenção não pode ser explicada sem a referência a elementos da esfera não-doméstica, como a segregação e a discriminação sexuais correntes na força de trabalho, a escassez de mulheres nas altas rodas da política e a pressuposição estrutural de que trabalhadores e ocupantes de cargos políticos não são responsáveis por cuidar das crianças (Okin, 2008, p. 315).

E nas Geografias Feministas? O debate sobre espaço privado se faz presente? Se sim, como comparece? Quais os fenômenos que são evidenciados? Comprometo-me com estas interrogações e pretendo respondê-las fundamentando-me alguns estudos desenvolvidos por nossos/as pares.

A primeira referência que destaco é o texto *Da paixão ao crime: uma espacialização da violência contra mulheres em Rio Grande - RS* escrito por Marília Lopes e Susana Veleda da Silva (2013). Neste, o objetivo consistiu em:

[...] construir uma tipologia da violência, considerando o tipo de violência, o local de moradia, a faixa etária, a cor, a ocupação e a escolaridade do casal envolvido e espacializar as denúncias de violência contra as mulheres na cidade, a partir do local de ocorrência dos crimes e do local de moradia declarados no boletim de ocorrência (BO) (Lopes; Silva, 2013, p. 60).

A justificativa das autoras em trabalhar a cidade enquanto escala e Rio Grande - RS como recorte espacial se deve a complexidade que é inerente ao

fenômeno da violência contra mulher. Em termos de procedimentos metodológicos e fontes, as autoras trabalharam com dados estatísticos divulgados pelo IBGE, além de mapas e gráficos como auxílio na descrição dos perfis da vítima e a espacialização dos casos ocorridos e notificados durante o período temporal estabelecido (maio a julho de 2010). No que tange os argumentos referentes ao espaço privado e espaço público as autoras reconhecem que a dicotomia que frequentemente é reforçada nas ciências e no senso comum, mas que se tratando do estudo executado, há evidências da violência de gênero em ambos os níveis e de maneira coexistente.

Entendemos que a violência contra mulheres não pode mais ser compreendida como um conflito de ordem familiar e, sim como um problema social que se dá a partir de uma desigualdade de gênero socialmente construída ao longo de séculos [...] compreendemos que, muitas vezes, o espaço do crime não é o mesmo das relações familiares, e a naturalidade com a qual o tema abordado é tanta que, a violência entre o casal não ocorre mais apenas em ambiente familiar, tem ocorrido muitas vezes em locais públicos. O agressor não se constrange perante os outros, afinal de contas, vivemos uma cultura machista que entende que se a mulher está sofrendo agressão é porque 'ela deve ter feito algo para merecer' (Lopes; Silva, 2013, p. 72-73).

As geógrafas Patrícia Milani e Bianca Lima também analisaram e escreveram sobre a violência de gênero e dispuseram seus argumentos no texto *Geografia e a violência de gênero: Um olhar a partir de Três Lagoas - MS* (Milani; Lima, 2020). Das motivações à sistematização da problemática, as autoras arriscaram em trabalhar com a hipótese de que as mulheres vítimas de violência de gênero na cidade Três Lagoas de certo modo estavam conformadas com as circunstâncias impostas. A hipótese, assim como consta no respectivo estudo, foi confirmada. Metodologicamente, as autoras conjugaram dados quantitativos, estatísticas, noticiários e entrevista semiestruturada aplicada com uma mulher vítima de violência apresentada no texto como Estela.

Foi a partir dos relatos de Estela, obtidos via entrevista, que as autoras argumentaram sobre a simultaneidade e/ou coexistência da violência de gênero sofrida pela entrevistada tanto no contexto intrafamiliar (doméstico) quanto no extrafamiliar. Na perspectiva do agressor, os atos violentos praticados em casa ou

em outros espaços só legitimaram e/ou validaram sua autoridade enquanto chefe da família.

[...] os espaços da casa e da loja, local de moradia e trabalho de Estela eram espaços de dominação e de opressão, em que as ações do marido produziam esse espaço diferencial, os quais Estela não gosta de ‘passar nem perto’, em suas palavras. O domínio e a violência não ocorriam apenas dentro da casa e na loja, mas também em locais que seu cônjuge gostava de exibir esse domínio (mais simbólico neste caso), e poder na frente principalmente dos funcionários (segundo ela), ou quando por posse e dominação queria que soubessem que ele era o chefe (Milani; Lima, 2020, p. 89).

Em ambos os estudos, a casa, o bairro e a cidade são apontadas como escalas que possibilitam interpretações e/ou leituras críticas da violência de gênero a partir da politização do espaço privado. Diante disso, outras interrogações surgem: É possível conceber outro nível escalar para a discussão do espaço privado na Geografia? Se sim, qual seria? Como utilizá-lo? Arrisco dizer que o corpo corresponde a esse outro nível escalar.

As abordagens geográficas sobre o corpo como espaço são ricas e variadas. Mesmo assim, é possível identificar uma correspondência comum em todas elas: interpretam sujeitos cujas condições corpóreas (com os atravessamentos dos efeitos de sexualidade, classe, raça, etc.) geram implicações desvantajosas nas experiências espaciais. Os sujeitos que reivindicam o direito a seus corpos sentem o poder que os subjuga atravessar/ferir suas peles, suas psiques. Os corpos assim marcados não gozam do privilégio da transcendência que, sobretudo, homens brancos e pessoas cisheterossexuais historicamente usufruem (Campos; Silva, 2020, p. 106).

As Geografias Feministas não somente têm considerado tal possibilidade, como suas e seus contribuintes têm se dedicado a pensar chaves interpretativas como corpo-espacço (Alves; Pedroso; Guimarães, 2019; Nunes, 2019; Santos; Ornat, 2021; Pequeno, 2023), corpo-território (Rocha, 2019; Zaragocin, 2021; Chaves, 2021; Pequeno, 2025), corpo-cidade (Oliveira, 2018; Fernandes; Pires, 2021) entre outras.

Isso em vista, uma das possibilidades em trabalhar o corpo enquanto espaço foi apontada no texto *Emoção corporificada e potência para constituição de espaços de luta para superar a violência sexual sofrida por mulheres* elaborado por Mayã Campos, Joseli Silva e Edson Silva (2019). O objetivo neste foi o de compreender

como as emoções podem conduzir à alternativas de superação e proporcionar, a partir do diálogo, espaços de acolhimento e afetos por e entre mulheres vítimas de violência sexual.

A violência sexual envolve emoções corporificadas que estão em negociação constante com outras escalas que vão além do corpo de quem sofre a violência e de quem a prática. Determinados corpos, são assimilados culturalmente como passíveis de serem violados, são vistos como provocativos e considerados como objetos do exercício de poder. Outros corpos são concebidos como autônomos e livres. A vulnerabilidade à experiência da violência sexual está profundamente marcada pelas emoções sobre diferentes tipos corpóreos que, por sua vez, são relacionais às demais escalas da cidade, do país e do mundo (Campos; Silva; Silva, 2019, p. 41).

Os resultados da pesquisa em destaque mostraram que as mulheres vítimas de violência sexual consideraram seu corpo o espaço mais íntimo, e que a terem sido abusadas e violentadas, a privacidade (no sentido de poder e controle sobre o próprio corpo) era colocada em xeque uma vez que o agressor se apropriava física e emocionalmente dos corpos daquelas.

[...] O corpo feminino é compreendido pelas mulheres que sofreram violência sexual como um espaço geográfico, na medida em que as mulheres atestavam que ‘seu corpo era o seu espaço mais íntimo possível’ e que ao ser violado, ele se transformava para elas em um espaço de estranhamento, rejeição, desprezo, e negação, provocando incapacidade de prazer e automutilação [...] (Campos; Silva; Silva, 2019, p. 44).

Uma das contradições resultantes de tal fenômeno violento é o tratamento que a vítima recebe. Muitas vezes, a vítima sofre violências simbólicas daqueles que em tese deveriam resguardar sua integridade física. Desde situações como o registro de boletim de ocorrência nas delegacias até situações mais delicadas como o aborto para com aquelas que foram estupradas e vieram a engravidar. Além, é claro, da midiatização desses casos de forma bastante deturpada e sensacionalista. Por isso que políticas públicas mais responsivas, humanizadas e acolhedoras para com essas mulheres em vulnerabilidade são constantemente reivindicadas por movimentos feministas.

[...] A emoção é sempre corporificada e o corpo feminino, compreendido pelas mulheres vítimas de violência sexual como um

espaço que lhe foi expropriado, gerando afetos como vergonha, revolta e nojo, pode também ser fonte de constituição de potência de ação transformadora da condição de sofrimento. Os espaços de cura são relacionais, constituídos de compartilhamento de sofrimentos que potencializam o acolhimento pessoal e a transformação da dor em capacidade de luta feminina por respeito e direitos sociais (Campos; Silva; Silva, 2019, p. 48).

Finalmente, está mais que evidente que a Geografia dispõe de fontes teóricas e metodológicas criativas o suficiente para politizar os afetos e os espaços de nossa intimidade e então, germinar conhecimentos e saberes por demais transformativos para com a realidade que nos acontece. Realidade que é sentida em nossas peles, que orienta nossas emoções e que, portanto, é corporificada. Realidades e trajetórias de vida que, ao serem trazidas à tona, nos inspira a seguir caminhos outros para novas descobertas. Movimento que pode muito bem ser iniciado numa sala de aula como aquela por mim experienciada na última semana de junho de 2023. Sobre isso, alguns/as poderão chamar de causalidade. Outros/as poderão dizer que era para ter sido assim. Chamo de encontro.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Finalmente, creio que a pergunta-título deveria ser “Por que não escrevemos sobre nossas mães em Geografia?” em vez de “É permitido escrever sobre nossas mães em Geografia?”. Vide que ao requerer a permissão para escrever, ou melhor, se assumimos essa condição/posição de subordinado(a) diante de relações de poder que operam no campo científico, protagonizadas por determinados agentes (leia-se professores/as, pesquisadores/as, editores/as, avaliadores/as etc.) e que são por demais eficientes em desqualificar e negar alguns saberes e conhecimentos em detrimento de outros, seguiremos existindo confinados(as) na margem do campo.

A minha sugestão é que tenhamos coragem e vontade para mobilizar a nossa criatividade em nossa escrita de forma que esta possibilite fissuras e rasuras no estatuto científico vigente que, não por coincidência, é androcêntrico, racista, elitista e homofóbico.

A Geografia é um substantivo feminino. Não devemos perder isso de vista. Ao pretendermos construir uma base epistemológica holística de fato, o religamento da ciência geográfica com o universo feminino se faz urgente. Diria mais, escrever

sobre nossas mães em Geografia é só mais uma das alternativas de conceber outro sentido e valor para aquilo que costumeiramente chamamos de ciência humana. Uma ciência que esteja comprometida de fato com toda a humanidade, e não com alguns humanos em detrimento de outros.

O feminino está em tudo. Pois, se há vida, há feminino. Só existe vida porque o feminino existe. E se a Geografia, ciência que se dedica à vida, recusa-se a reconhecer isso, essa é uma Geografia na qual não cabe a minha escrita.

Não se trata sobre pedir permissão. Mas sim, se libertar na ação. Escreva!

AGRADECIMENTOS

À Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pelo financiamento do projeto, ao qual se encontra vinculada esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, M. H. M. B. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 7, n. 14, p. 79–95, 2003.

ABREU, Mariela Lamberti de; ROMANO, Lucia Regina Vieira. Mãe-Artista: reflexões sobre autobiografia e maternidade na cena teatral contemporânea. **Revista Científica/FAP**, Curitiba, v. 29, n. 2, p. 309–336, 2023. DOI: <https://doi.org/10.33871/19805071.2023.29.2.8040>

ALVES, N. C.; PEDROSO, M.; GUIMARÃES, R. B. Corpos que falam: interpretações geográficas entre saúde, gênero e espaço. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 3, n. 41, p. 09–24, 2019.

ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 11 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BARBOSA, T. Linguagem, realidade e ensino de Geografia: leitura spinoziana. **Entre-Lugar**, Dourados, v. 5, n. 9, p. 11–28, 2014.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Tradução de Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CAMPOS, M. P.; SILVA, J. M. “Teu corpo é o espaço mais teu possível”: Construindo a análise do corpo como espaço geográfico. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v. 16, n. 31, p. 101-114, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2020.v16i31.10750>

CAMPOS, M. P.; SILVA, J. M.; SILVA, E. A. Emoção corporificada e potência para constituição de espaços de luta para superar a violência sexual sofrida por mulheres. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 3, n. 41, p. 37–50, 2019.

CHAVES, K. A. Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica: reflexões a partir das mulheres indígenas no Brasil. **Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 25, n. 4, p. 51-71, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1344/sn2021.25.32707>

COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista Negro**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. I.; ROSENDALH, Z. (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. pg. 219-237. Tradução de Olívia Barros Lima e Silva.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

EVARISTO, C. E. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. **Escrevivência: a escrita de nós - Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020, p. 27-45.

FERNANDES, T.; PIRES, C. L. Z. Rua, Corporeidade e Multipli-Cidades: Experiências de mulheres em situação de rua na cidade de Pelotas/RS. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v. 17, n. 32, p. 195-216, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2021.v17i32.12465>

FERREIRA, A. de J. Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, Curitiba, v. 6, n. 14, p. 236–263, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organização: Flavia Rios e Marcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7–41, 1995.

hooks, b. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Tradução de Bhumi Libanio. 14 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

LOPES, M. C.; SILVA, S. M. V. Da Paixão ao Crime: uma espacialização da violência contra as mulheres em Rio Grande - RS. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p. 58-74, 2013.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MASSEY, D. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MILANI, P. H. Contribuições da epistemologia feminista para as pesquisas geográficas. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Três Lagoas**, Três Lagoas, v. 1, n. 34, p. 125-150, 2021. DOI: <https://doi.org/10.55028/agb-tl.v1i34.12991>

MILANI, P. H.; LIMA, B. O. A Geografia e a Violência de Gênero: Um Olhar a partir de Três Lagoas – MS. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 77-97, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.11.i1.0005>

MUNIZ, D. C. G. Sobre História e Historiografia das Mulheres. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 31, n. 1, 2018. DOI: <https://doi.org/10.14393/CEF-v31n1-2018-8>

NUNES, D. M. On-line/Off-line: relação corpo, espaço e masculinidades de homens que buscam parceiros do mesmo sexo no App Tinder no município de Rio Grande - RS. **RELA Cult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, Foz do Iguaçu, v. 5, p. 1-14, 2019. DOI: <https://doi.org/10.23899/relacult.v5i4.1233>

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200002>

OLIVEIRA, A. L. de. Mulheres e ação política: lutas feministas pelo direito à cidade. **PerCursos**, Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 111-140, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5965/1984724619402018111>

OLIVEIRA, A. L. de. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na Pandemia Covid-19. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, ano 16, n. 1, p. 154-166, 2020. DOI: <https://doi.org/10.12957/tamoios.2020.50448>

OLIVEIRA, A. L. de. Corpo, espacialidade e maternagem: Trilhas para uma geografia corporificada. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v. 17, n. 32, p. 217–243, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2021.v17i32.12472>

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**. Campinas: Editora Pontes, 2005.

PEQUENO, V. D. S. Corpo: uma categoria útil para a Geografia? **Boletim Alfenense de Geografia**, Alfenas, v. 3, n. 5, p. 18–41, 2023. DOI:
<https://doi.org/10.29327/243949.3.5-2>

PEQUENO, V. D. S. **Rasuras de uma Bixa-Preta e o elo entre as Geografias Feministas e Geografias Negras**: Corpo-Território. 261p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Santa Maria, 2025. Disponível em :
<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/35236>. Acesso em : 27 mai. 2025.

PEREIRA, A. L.; LACERDA, S. S. P. de. Letramento racial crítico: uma narrativa autobiográfica. **Travessias**, Cascavel, v. 13, n. 3, p. 90-106, 2019.

PRZYBYSZ, J. **Nem Santas Nem Putas, Apenas Mulheres**: Espacialidades de mulheres prostitutas de baixa renda no exercício de maternagens em Ponta Grossa – PR. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa - PR.

PRZYBYSZ, J.; SILVA, J. M. Espacialidades e interseccionalidades na vivência de mulheres prostitutas mães na cidade de Ponta Grossa-PR. **Geousp – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 570-585, 2017. DOI:
<https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2017.117719>

PRZYBYSZ, J.; SILVA, J. M. Pesquisar para transgredir: fazendo geografias feministas corporificadas. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 3, n. 41, p. 51–62, 2019.

RIBEIRO, J. L. P. Revisão de investigação e evidência científica. **Psicologia, Saúde & Doenças**, v. 15, n. 3, p. 674-682, 2014.

ROCHA, A. A. Corpo-Território como argumento curricular de resistência. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 59, p. 56-71, 2019. DOI:
<https://doi.org/10.12957/teias.2019.46858>

SARDENBERG, C. M. B. O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Inclusão Social**, v. 11, n. 2, 2018.

SANTOS, A. E. C. dos; ORNAT, M. J. Espaço-Corpo e a (Re)elaboração das Transmasculinidades e Identidades de Homens Trans. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 12, n. 1, 2021. DOI:
<https://doi.org/10.5212/Rlagg.v12.i1.0001>

SANTOS, R. A. dos. Mulheres e Geografia - Reflexões pertinentes? **Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 3, n. 18, p. 227-242, 2020. DOI:
<https://doi.org/10.35416/geoatos.v3i18.7965>

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.

SILVA, C. C. L.; SANTOS, B. dos. Reflexões teóricas da geografia feminista decolonial sobre as espacialidades coloniais reprodutoras do controle social do

corpo feminino durante o parto. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 57, p. 190–225, 2022. DOI: https://doi.org/10.62516/terra_livre.2021.2290

SILVA, J. M. **Geografias Subversivas:** discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SILVA, J. M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 39-55, 2010.

ZARAGOCIN, S. Ampliando los espacios de los feminismos descoloniales desde los territorios y territorialidades antirracistas. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 5, n. 2, p. 114-125, 2021.

Recebido em 08 de novembro de 2024
Aceito em 18 de novembro de 2024